

Concessionária BR 040 S.A.

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses Findo
em 30 de Junho de 2015 e Relatório de
Revisão de Informações Trimestrais
Intermediárias*

30 de junho de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. – Via 040
Nova Lima - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária BR-040 S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa no 1 às informações financeiras intermediárias, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$582.004 mil. A administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 30 de junho de 2015, a eventual não confirmação do referido plano de negócios indicaria a existência de incerteza significativa, que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos


Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida para companhias abertas de acordo com a legislação societária e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, não foram anteriormente revisados por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.201	611
Aplicações financeiras	4	88.133	277.228
Estoques		1.962	1.182
Impostos a recuperar	5.a	6.551	5.499
Adiantamentos diversos		214	511
Despesas antecipadas		2.481	1.328
Total do ativo circulante		<u>106.542</u>	<u>286.359</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	11.054	11.025
Imobilizado	7	11.505	8.342
Intangível	8	884.181	553.345
Outros		829	-
Total do ativo não circulante		<u>907.569</u>	<u>572.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.014.111</u></u>	<u><u>859.071</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	26.592	35.066
Empréstimos e financiamentos	11	648.741	1.290
Salários e encargos sociais a recolher	10	7.700	4.805
Impostos e contribuições a recolher	5.c	2.067	2.936
Partes relacionadas	6	3.446	873
Total do passivo circulante		<u>688.546</u>	<u>44.970</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	10.354	520.605
Provisão para riscos	12	3	-
Total do passivo não circulante		<u>10.357</u>	<u>520.605</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	395.000	315.000
Prejuízos acumulados		<u>(79.792)</u>	<u>(21.504)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>315.208</u>	<u>293.496</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.014.111</u></u>	<u><u>859.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações) - NÃO AUDITADO

	Nota	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014 (não revisado)	01/04/2014 a 30/06/2014 (não revisado)
Receita de construção		313.641	144.997	7.491	7.491
Custo de construção	15	(310.536)	(143.561)	(7.417)	(7.417)
LUCRO BRUTO		3.105	1.436	74	74
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	15	(17.627)	(8.972)	(4.463)	4.943
Outras despesas, líquidas	15	(45.970)	(26.910)	(2.256)	(2.256)
Total		(63.597)	(35.882)	(6.719)	2.687
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	14	2.581	2.365	10.128	6.626
Despesas financeiras	14	(407)	(78)	(2)	(2)
Total		2.174	2.287	10.126	6.624
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(58.318)	(32.159)	3.481	9.385
Imposto de renda e contribuição social corrente		30	(9.412)	(1.197)	(3.199)
Corrente	5.b	-	-	(1.197)	(1.197)
Diferido	5.b	30	(9.412)	-	(2.002)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(58.288)	(41.571)	2.284	6.186
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações (em reais - R\$)	19	<u>(0,16)</u>	<u>(0,11)</u>	<u>0,01</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (não revisado)	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (não revisado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	<u>(58.288)</u>	<u>(41.571)</u>	<u>2.284</u>	<u>6.186</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(58.288)</u>	<u>(41.571)</u>	<u>2.284</u>	<u>6.186</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	395.000	(80.000)	(21.504)	293.496
Integralização de capital em 06 de março de 2015	-	80.000	-	80.000
Prejuízo do período	-	-	(58.288)	(58.288)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>(79.792)</u>	<u>315.208</u>
Ato constitutivo em 31 de janeiro de 2014	395.000	(395.000)	-	-
Integralização de capital em 21 de fevereiro de 2014	-	39.500	-	39.500
Integralização de capital em 24 de fevereiro de 2014	-	275.500	-	275.500
Lucro líquido do período	-	-	2.284	2.284
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (não revisado)	<u>395.000</u>	<u>(80.000)</u>	<u>2.284</u>	<u>317.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 (não revisado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(58.318)	3.481
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	3.230	10
Resultado na alienação de imobilizado e intangível		1.104	-
Margem de construção		(3.105)	(74)
Variações monetárias e encargos, líquidos		(361)	(10.128)
Provisão para riscos		3	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Estoques		(780)	(11)
Impostos a recuperar		(1.052)	(1.948)
Adiantamentos		297	-
Despesas antecipadas		(1.153)	(3.501)
Outros ativos		-	(20)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.061	4.974
Obrigações com empregados e administradores		2.895	3.924
Impostos e contribuições a recolher		(869)	1.503
Impostos pagos		-	(462)
Partes relacionadas		2.573	-
Outras obrigações e contas a pagar		(829)	180
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(54.304)</u>	<u>(2.072)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		197.077	(222.983)
Aquisição de imobilizado		(4.355)	(557)
Aquisição de intangível		(322.450)	(89.178)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(129.728)</u>	<u>(312.718)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		80.000	315.000
Captação de empréstimos e financiamentos	11	111.410	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(407)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	11	(381)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>190.622</u>	<u>315.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.590</u>	<u>210</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		611	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.201</u>	<u>210</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.590</u>	<u>210</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 (não revisado)
Receitas			
Receita de construção		<u>340.060</u>	<u>7.491</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(317.997)	(7.417)
Materiais, serviço de terceiros e outros		<u>(39.028)</u>	<u>(3.429)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(16.965)</u>	<u>(3.355)</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(3.230)</u>	<u>(10)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		(20.195)	(3.365)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	<u>10.042</u>	<u>10.128</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(10.153)</u>	<u>6.763</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>(10.153)</u>	<u>6.763</u>
Pessoal e encargos		<u>16.782</u>	<u>2.471</u>
Remuneração direta		12.615	1.927
Benefícios		2.657	476
FGTS		715	68
Outros		795	
Impostos, taxas e contribuições		<u>2.563</u>	<u>1.628</u>
Federais		2.563	1.628
Remuneração capital de terceiros		<u>28.790</u>	<u>380</u>
Juros		20.947	2
Aluguéis		1.940	378
Outras		5.903	-
Remuneração de capital próprio		<u>(58.288)</u>	<u>2.284</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>(58.288)</u>	<u>2.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma) – NÃO AUDITADO E 30 DE JUNHO DE 2014 NÃO REVISADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade por ações de propósito específico de capital fechado, e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 (trinta) anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Como obrigação contratual a Companhia precisa cumprir todas as exigências previstas no Programa de Exploração de Rodovia (“PER”) para o início da arrecadação de pedágio.

Em 30 de junho de 2015, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$582.004 (capital circulante líquido positivo de R\$241.389 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da VIA 040 e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES SEMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações semestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 16 de abril de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações semestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	<u>7.201</u>	<u>611</u>
	<u>7.201</u>	<u>611</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	101,50%	CDI	jul-17	-	226.748
Compromissada com lastro em CDI (b)	100,50%	CDI	jul-15	35.087	-
		CDI/IPCA			
Fundo de Investimento CAIXA Mover (c)	100,73%	/SELIC			
Letras financeiras do tesouro				2.480	1.980
Certificado de depósito bancário - CDB				28.831	7.056
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				186	472
Debêntures				<u>21.549</u>	<u>40.972</u>
				<u>53.046</u>	<u>50.480</u>
Aplicações financeiras				<u>88.133</u>	<u>277.228</u>

- (a) As aplicações em CDB's são remunerados pela taxa média de 101,50% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (b) As aplicações compromissadas são remuneradas pela taxa média de 100,50% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (c) Fundo de Investimento CAIXA Mover ("Fundo") - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, a INVEPAR, a Concessionária Metrô Barra S.A. ("METROBARRA"), a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), a VIA 040 e a Linha Amarela S.A. ("LAMSA").

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.040	4.004
Antecipação do imposto de renda	-	1.089
Antecipação da contribuição social	-	396
Saldo negativo imposto de renda e contribuição social	4.508	-
Outros	<u>3</u>	<u>10</u>
	<u>6.551</u>	<u>5.499</u>

b) Imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	13.816	13.816
Diferenças temporárias	<u>1.881</u>	<u>1.881</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>
Margem de Construção(*)	(1.696)	(1.725)
Custo de captação (*)	<u>(2.947)</u>	<u>(2.947)</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(4.643)</u>	<u>(4.672)</u>
 Total dos impostos diferidos	 <u>11.054</u>	 <u>11.025</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre margem de construção e custo de captação são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$13, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

	01/01/2015 a <u>30/06/2015</u>	01/04/2015 a <u>30/06/2015</u>	01/01/2014 a <u>30/06/2014</u>	01/04/2014 a <u>30/06/2014</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(58.318)	(32.159)	3.481	9.385
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>19.828</u>	<u>10.934</u>	<u>(1.184)</u>	<u>(3.191)</u>
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período				
Adições permanentes	(335)	(315)	-	(5)
Exclusões permanentes	1.056	488	-	-
IR/CS diferidos não constituídos	<u>(20.519)</u>	<u>(20.519)</u>	<u>(13)</u>	<u>13</u>
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>13</u>
Total dos impostos no resultado	<u>30</u>	<u>(9.412)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(3.199)</u>
 IR e CSLL correntes	 -	 -	 (1.197)	 (1.197)
IR e CSLL diferidos	30	(9.412)	-	(2.002)

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	2.127	2.127
2023 a 2025	<u>13.570</u>	<u>13.570</u>
	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>

c) Tributos a recolher

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre serviço	438	1.057
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	1.010	1.148
INSS sobre terceiros	<u>619</u>	<u>731</u>
	<u>2.067</u>	<u>2.936</u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (“MP”), que revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia adotou a lei, através da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (“DCTF”), a partir de janeiro de 2015.

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a companhia</u>	30/06/2015		
			<u>Passivo circulante</u>	<u>Resultado (Despesas)</u>	<u>(Custo de construção)</u>
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora	2.728	(2.658)	-
METRORIO	Serviços compartilhados(*)	Ligada	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>3.446</u>	<u>(2.658)</u>	<u>-</u>
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto	909	-	<u>231.947</u>

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a Companhia</u>	31/12/2014	
			<u>Passivo circulante</u>	
INVEPAR	Serviços compartilhados(*)	Controladora		65
LAMSA	Serviços compartilhados(*)	Ligada		90
METRORIO	Serviços compartilhados(*)	Ligada		<u>718</u>
				<u>873</u>
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto		6.283

(*) Serviços compartilhados: os serviços compartilhados estão relacionados à cessão de mão de obra, custos de viagens, deslocamentos entre as empresas e rateio de serviços prestados à todas as Companhia do Grupo pela INVEPAR.

(**) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo circulante.

Serviços - ativo

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, contatos a partir da assinatura do contrato, é o de empreitada e o preço total acordado entre as partes foi de R\$3.703.000, devendo os pagamentos, serem realizados mensalmente, sendo o preço global baseado nas medições que demonstrarão o andamento do executado neste contrato e, para o preço específico, as medições terão como base as unidades de serviços efetivamente medidas em campo.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses, com base em fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato.

Em 25 de março de 2015 as partes celebraram termo aditivo ao contrato firmado, que alterou a periodicidade de medições de pagamento do regime mensal para o semanal até que os requisitos necessários para o início da arrecadação sejam atingidos.

Em 30 de junho de 2015 o saldo contratual é de R\$3.058.804 (R\$3.316.955 em 31 de dezembro de 2014), o valor pago para OAS até 30 de junho de 2015 foi de R\$627.992 (R\$396.045 em 31 de dezembro de 2014).

Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2015 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.195.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros da Administração, está composta por honorários, encargos, bônus e benefícios, no montante de R\$1.938 em 30 de junho de 2015.

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Pró-labore	733	705
Encargos	389	208
Bônus	662	337
Outros benefícios	<u>154</u>	<u>90</u>
	<u>1.938</u>	<u>1.340</u>

Em 30 de junho de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$550 (R\$923 em dezembro de 2014), de participação/bônus para os administradores.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2015</u>
Custo					
Instalações	10	62	9	-	71
Máquinas e equipamentos	10	1.719	510	-	2.229
Móveis e utensílios	10	136	1.062	-	1.198
Veículos	20	2.928	6	(29)	2.905
Equipamentos de informática	20	3.606	2.480	-	6.086
Adiantamento a fornecedores	-	100	94	(100)	94
Imobilizado em andamento	-	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66</u>
		<u>8.617</u>	<u>4.161</u>	<u>(129)</u>	<u>12.649</u>
Depreciação					
Instalações		(1)	(3)	-	(4)
Máquinas e equipamentos		(8)	(100)	-	(108)
Móveis e utensílios		(2)	(48)	-	(50)
Veículos		(215)	(269)	4	(480)
Equipamentos de informática		<u>(49)</u>	<u>(453)</u>	<u>-</u>	<u>(502)</u>
		<u>(275)</u>	<u>(873)</u>	<u>4</u>	<u>(1.144)</u>
Imobilizado líquido		<u>8.342</u>	<u>3.288</u>	<u>(125)</u>	<u>11.505</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/01/2014	Adições	31/12/2014
Custo				
Instalações	10	-	62	62
Máquinas e equipamentos	10	-	1.719	1.719
Móveis e utensílios	10	-	136	136
Veículos	20	-	2.928	2.928
Equipamentos de informática	20	-	3.606	3.606
Adiantamento a fornecedores	-	-	100	100
Imobilizado em andamento	-	-	<u>66</u>	<u>66</u>
			<u>8.617</u>	<u>8.617</u>
Depreciação				
Instalações		-	(1)	(1)
Máquinas e equipamentos		-	(8)	(8)
Móveis e utensílios		-	(2)	(2)
Veículos		-	(215)	(215)
Equipamentos de informática		-	<u>(49)</u>	<u>(49)</u>
			<u>(275)</u>	<u>(275)</u>
Imobilizado líquido		-	<u>8.342</u>	<u>8.342</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2015
Custo						
Software	5 anos	2.913	125	-	-	3.038
Direitos da concessão	(*)	23.539	206	-	-	23.745
Adiantamento a fornecedores		2.883	651	(979)	(776)	1.779
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>333.190</u>	<u>-</u>	<u>776</u>	<u>858.925</u>
		<u>554.294</u>	<u>334.172</u>	<u>(979)</u>	<u>-</u>	<u>887.487</u>
Amortização						
Software		(15)	(293)	-	-	(308)
Direitos da concessão		<u>(934)</u>	<u>(2.064)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.998)</u>
		<u>(949)</u>	<u>(2.357)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.306)</u>
Intangível líquido		<u>553.345</u>	<u>331.815</u>	<u>(979)</u>	<u>-</u>	<u>884.181</u>

(*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

	Prazo de vida útil	<u>31/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo				
Software	5 anos	-	2.913	2.913
Direitos da concessão	30 anos	-	23.539	23.539
Adiantamento a fornecedores		-	2.883	2.883
Intangível em construção		-	<u>524.959</u>	<u>524.959</u>
			<u>554.294</u>	<u>554.294</u>
Amortização				
Software		-	(15)	(15)
Direitos da concessão		-	<u>(934)</u>	<u>(934)</u>
			<u>(949)</u>	<u>(949)</u>
Intangível líquido		-	<u>553.345</u>	<u>553.345</u>

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais terceiros	20.860	31.358
Retenções contratuais	4.794	2.841
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>938</u>	<u>867</u>
	<u>26.592</u>	<u>35.066</u>

A VIA 040 possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão e também relacionados a operação e administração da Companhia.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias	3.088	1.028
Gratificações	2.253	2.601
Encargos	1.171	787
Outras obrigações trabalhistas	<u>1.188</u>	<u>389</u>
	<u>7.700</u>	<u>4.805</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES - Ponte	Reais	TJLP + 2%	mar/16	656.076	518.287
BNDES - FINAME	Reais	6%	ago/24 a out/24	11.648	12.277
Custo de captação				<u>(8.629)</u>	<u>(8.669)</u>
Total				<u>659.095</u>	<u>521.895</u>
Circulante				648.741	1.290
Não circulante				10.354	520.605

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2015</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	117.000	-	-	20.789	-	-	518.287	656.076
BNDES - FINAME	1.290	-	(407)	(381)	158	-	-	633	1.293
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	<u>(5.590)</u>	<u>5.631</u>	<u>(8.669)</u>	<u>(8.628)</u>
	<u>1.290</u>	<u>117.000</u>	<u>(407)</u>	<u>(381)</u>	<u>20.947</u>	<u>(5.590)</u>	<u>5.631</u>	<u>510.251</u>	<u>648.741</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.287)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(633)	10.354
Custos a amortizar	<u>(8.669)</u>	-	-	-	-	-	-	<u>8.669</u>	-
	<u>520.605</u>	-	-	-	-	-	-	<u>(510.251)</u>	<u>10.354</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>117.000</u>	<u>(407)</u>	<u>(381)</u>	<u>20.947</u>	<u>(5.590)</u>	<u>5.631</u>	-	<u>659.095</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/01/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante					
FINAME - BB	-	<u>1.039</u>	<u>251</u>	-	<u>1.290</u>
	-	<u>1.039</u>	<u>251</u>	-	<u>1.290</u>
Passivo não circulante					
BNDES	-	<u>512.000</u>	<u>6.287</u>	-	<u>518.287</u>
FINAME - BB	-	<u>10.987</u>	-	-	<u>10.987</u>
Custos a amortizar	-	-	-	<u>(8.669)</u>	<u>(8.669)</u>
	-	<u>522.987</u>	<u>6.287</u>	<u>(8.669)</u>	<u>520.605</u>
Total de empréstimos e financiamentos	-	<u>524.026</u>	<u>6.538</u>	<u>(8.669)</u>	<u>521.895</u>

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vencendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016.

Em 22 de setembro de 2014, foi liberado o montante de R\$322.000 e em 26 de dezembro de 2014 o montante de R\$190.000, ambos referente ao subcrédito “A”.

Em 22 de maio de 2015, foi liberado o montante de R\$117.000 referente ao subcrédito A.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência para com o BNDES, indicadores profissionais ou societários. Em 30 de junho de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (“FINAME”) integrante do Sistema BNDES. Após o período de carência de 6 meses serão pagas em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários. Em 30 de junho de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue descritivo abaixo com mais informações:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/24
			<u>12.026</u>	

12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia realiza a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro como demonstrado abaixo. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía probabilidade de desembolso de riscos prováveis e possíveis.

Riscos prováveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, portanto não foram constituídas provisões.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a VIA 040 são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da VIA 040. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

<u>Natureza do risco</u>	<u>30/06/2015</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Trabalhistas	-	729
Cíveis	<u>3</u>	<u>135</u>
	<u>3</u>	<u>864</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>30/06/2015</u>		
	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	<u>395.000.000</u>	<u>100</u>	<u>395.000.000</u>

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia. Em 30 de junho de 2015 o Capital Social encontrava-se integralmente integralizado (31 de dezembro de 2014 era R\$315.000.000).

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização de R\$80.000

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014
Descontos obtidos	9	9	-	-
Juros sobre aplicações financeiras	2.212	2.212	10.128	6.626
Variação monetária ativa	296	145	-	-
Variação cambial ativa	<u>64</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	<u>2.581</u>	<u>2.365</u>	<u>10.128</u>	<u>6.626</u>
Comissões e despesas bancárias	(94)	(41)	(2)	(2)
Juros sobre empréstimos	(158)	18	-	-
Juros passivos	(115)	(51)	-	-
Variação cambial passiva	(35)	-	-	-
Outros	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total despesas financeiras	<u>(407)</u>	<u>(78)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.174</u>	<u>2.287</u>	<u>10.126</u>	<u>6.624</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Companhia incorreu em R\$26.420 de despesas de juros do empréstimo e custo de captação com o BNDES, sendo R\$7.462 compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo. O montante de R\$18.958 foi capitalizado no intangível.

15. DESPESAS POR NATUREZA

	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014
Pessoal e encargos	(19.369)	(11.176)	(2.884)	(2.344)
Conservação e manutenção	(1.446)	(956)	(57)	(57)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(296)	(296)	(8)	(8)
Seguros e garantias	(1.842)	(759)	(8)	(8)
Serviços de terceiros	(16.686)	(10.324)	-	37
Veículos	(2.599)	(1.211)	(88)	(88)
Consultoria e assessoria	(2.153)	(1.410)	(1.178)	7.357
Aluguéis e impostos	(8.658)	(4.360)	(442)	(347)
Energia elétrica	(259)	(207)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa/ Provisão para riscos	(3)	(3)	-	-
Partes relacionada	(2.658)	(1.264)	-	-
Depreciação e amortização	(3.230)	(1.661)	(10)	(10)
Custo de construção	(310.536)	(143.561)	(7.417)	(7.417)
Outros	<u>(4.398)</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(2.044)</u>	<u>(1.845)</u>
	<u>(374.133)</u>	<u>(179.443)</u>	<u>(14.136)</u>	<u>(4.730)</u>
Despesas gerais e administrativas	(17.627)	(8.972)	(4.463)	4.943
Outras receitas e despesas	(45.970)	(26.910)	(2.256)	(2.256)
Custo de construção	<u>(310.536)</u>	<u>(143.561)</u>	<u>(7.417)</u>	<u>(7.417)</u>
	<u>(374.133)</u>	<u>(179.443)</u>	<u>(14.136)</u>	<u>(4.730)</u>

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/15 a 20/03/16	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Riscos operacionais	40.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Edificações (Escritório Cristalina)	500	20/08/14 a 20/08/15	Mapfre
Edificações (Escritório Sede)	2.635	17/10/14 a 17/10/15	Tokio Marine
Veículos	450.000	18/09/14 a 18/09/15	Liberty

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER.

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

* PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Ressarcimento de estudos ambientais	12.997
Desapropriações	31.699
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O PER especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

1. Recuperação e manutenção

- Pavimento
- Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança
- Obras de arte especiais
- Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes (OACs)
- Terraplenos e estruturas de contenção
- Canteiro Central e Faixa de Domínio
- Implantação e Recuperação das Edificações e instalações operacionais
- Sistemas Elétricos e de Iluminação

2. Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço

- Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias
- Obras em Trechos Urbanos
- Obras de Manutenção de Nível de Serviço
- Obras Emergenciais

3. Conservação

- Pavimento
- Elementos de Proteção e Segurança
- Obras de Arte Especiais
- Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes
- Terraplenos e estruturas de contenção
- Canteiro Central e Faixa de Domínio
- Edificações e instalações operacionais
- Sistemas Elétricos e de Iluminação

4. Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços
- Centro de Controle Operacional
 - Equipamentos e Veículos da Administração
 - Sistemas de Controle de Tráfego
 - Sistemas de Atendimento ao Usuário
 - Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação
 - Sistema de Comunicação
 - Sistema de Pesagem
 - Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
 - Reforma dos postos da PRF

O PER prevê um prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de concessão, para que estes investimentos sejam finalizados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e a Taxa de Juros Equivalentes à taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI	13,10%	16,38%	19,65%
SELIC	13,24%	16,55%	19,86%
IPCA	8,53%	10,66%	12,80%
TJLP	6,25%	7,81%	9,38%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras					
Compromissada com lastro em CDI	DI	35.087	4.596	3.447	2.298
Fundo mover:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	28.831	3.777	2.833	1.888
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	186	25	18	12
Títulos públicos federais - NTNFB	IPCA	2.480	212	159	106
Debêntures	DI	21.549	2.823	2.117	1.411
Passivos financeiros					
Empréstimo	TJLP	656.076	41.005	51.256	61.507

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no semestre de 2015.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2015.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de junho de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> <u>Ordinárias</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> <u>Ordinárias</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> <u>Ordinárias</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2015</u> <u>Ordinárias</u>
Numerador básico e diluído				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(58.288)	(41.571)	2.284	6.186
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	<u>366.271</u>	<u>395.000</u>	<u>308.593</u>	<u>308.593</u>
Resultado por ação básico e diluído de números de ações	<u>(0,16)</u>	<u>(0,11)</u>	<u>0,01</u>	<u>0,02</u>

Em 31 de janeiro de 2014, foi realizada a integralização de 39.500.000 ações ordinárias e 275.500.000 em 24 de fevereiro de 2014, totalizando 315.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014. Em 6 de março de 2015 foram integralizado o restante de 80.000 ações ordinárias, totalizando 395.000.000 ações ordinárias em 30 de junho de 2015. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

20. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no semestre as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	12.013	2.296
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	18.958	-

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao dia 20 de julho de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, a autorização para que a VIA 040 dê início a cobrança de pedágio nas praças 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 11 a partir de dez dias a contar da data supracitada, conforme autorização da ANTT. Estas praças de pedágio iniciaram suas operações de arrecadação ao dia 30 de julho de 2015.

Simultaneamente a autorização de funcionamento das praças de pedágio citadas, também foi divulgado a 2ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio, que passa, a partir desta, a vigorar no valor de R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), com vista a recomposição tarifária e considera os efeitos da isenção dos eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circularem vazios pela rodovia.

A isenção dos eixos suspensos foi regulada pelo Art. 17 da Lei 13.103/2015 - "Lei dos Caminhoneiros".

Dando continuidade ao planejamento estratégico da Companhia, em 13 de agosto de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, a autorização para que a VIA 040 dê início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, a partir de dez dias a contar desta data. Assim a VIA 040 passará a operacionalizar todas as suas praças de pedágio, conforme previsto em seu contrato de concessão.

ADMINISTRAÇÃO

Túlio Toledo Abi Saber
Diretor-Presidente

Clarice Correa Peixoto Alves
Diretora Administrativa e Financeira

Responsável Técnico

Leandro Ferreira
Contador - CRC RJ-105435/O-5